

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 1940/2019-PGJ, DE 4.6.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 1890/2019-PGJ, de 31.5.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
15 e 16.6.2019	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
15 e 16.6.2019	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2016/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 5.6.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que lhe concedeu o 2º período de férias, que seriam usufruídas de 10 a 19.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2017/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências na referida Comarca, conforme quadro a seguir:

LOCAL	DATA
Juizado Especial Adjunto	11.6.2019
Vara Criminal	12.6.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2018/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Dourados, Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 10 a 19.6.2019, em razão de férias do titular, Eduardo FonticIELha De Rose.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2019/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da referida Comarca, referente aos processos nºs 0900436-91.2018.8.12.0001 e 0900168-37.2018.8.12.0001, no dia 12.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2020/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 9 a 16.8.2017, a serem usufruídos nos dias 13 e 14.6.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2021/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Daniel Higa de Oliveira	15.10.2019	7.6.2019
Marcos Roberto Dietz	19 e 20.9 e 2.11.2015	10, 11 e 12.6.2019
Pedro de Oliveira Magalhães	21 e 22.4.2017	17 e 18.6.2019
Renzo Siufi	5 e 28.2.2016	12 e 13.9.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2022/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes a se ausentar de sua comarca, no período de 12 a 14.6.2019, para participar do III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri, a ser realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Brasília-DF, nos dias 13 e 14.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2023/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.5 a 5.6.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2027/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, modificada pela Portaria nº 228/2019-PGJ, de 23.1.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
10 (18h01min) a 17.6.2019 (7h59min)	Grazia Strobel da Silva Gaifatto

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
10 (18h01min) a 17.6.2019 (7h59min)	Ricardo Benito Crepaldi

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 18 DE JUNHO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Ofício nº 0319/2019/72PJ/CGR, de 27.5.2019.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000272-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001375-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000646-8.

3. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003605-8.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001816-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001670-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000988-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000432-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000296-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000432-6.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004697-8.

6. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001401-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003996-6.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003356-4.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002882-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000897-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001545-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000900-0.

9. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003387-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000282-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000362-7.

10. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004540-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001689-1.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003719-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001386-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004629-0.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001522-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000666-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001415-3.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000456-9.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000811-4.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000548-3.

7. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000226-0.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001391-7.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000749-2.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002646-0

2. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000884-7.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000556-1.

4. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002241-6.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001490-5.

6.3.3. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000587-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000995-0.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000553-9.

4. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002158-3.

5. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002526-1.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002522-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000679-3.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002209-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000665-0.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001906-6.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002273-8.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001352-1.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002086-2.

6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001462-0.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002528-3.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001558-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001973-3.

6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000916-8.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002143-9.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001282-5.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000475-8.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000682-3.

6. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000333-8.

7. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000673-4.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001480-9.

6.3.6. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**a. Expedientes retirados de pauta, na reunião do dia 4.6.2019, por ausência justificada da Relatora:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000474-0.

2. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000736-3.

3. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000417-3.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001153-4.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001147-8.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000310-8.

b. Expedientes:**1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000155-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002088-4.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000662-3.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000728-1.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000647-1.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001461-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000885-8.

6.3.7. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001435-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000725-9.

3. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002234-9.

4. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000131-3.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001378-3.

6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001459-7.

7. Ordem do dia:**7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. Processo com pedido de vista:****1. Recurso em Notícia de Fato n. 01.2018.00010451-9**

Corregedoria-Geral do Ministério Público

Recorrente: Cícero Ulisses Otto

Recorrida: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Conselheira Relatora: Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda.

7.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000056-0**

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes decorrente da ausência de vagas em centros de educação infantil em Iguatemi-MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002246-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades referentes ao “lixão” municipal.

7.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003500-4**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco do Povo - José Orcírio de Miranda

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no Banco do Povo durante o mandato do ex-governador José Orcírio Miranda dos Santos.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000915-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Boa Vista – Fellipe Augusto Straub Fronza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Boa Vista, localizada no município de Sidrolândia/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00003380-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Casemiro Alvarez Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Burity, localizada no município de Camapuã/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001295-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Coinete dos Santos e Vera Nice Souza dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Retiro, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000543-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Emerson Cezário

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Luna Porã, localizada no município de Ponta-Porã/MS.

6. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002517-2 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta na reunião do dia 28.5.2019, a pedido do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002915-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a atuação da Administração Municipal de Sete Quedas no que diz respeito às irregularidades patrimoniais, tais como déficit financeiro e sucateamento de bens móveis, verificadas por ocasião da posse do novel Prefeito.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002792-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual cobrança de taxa para utilização da quadra do poliesportivo São José, em Deodápolis/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000097-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Prefeitura Municipal de Jardim

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 72/2017, bem como dos atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000086-0

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação de direitos social à educação dos estudantes dos estudantes da Escola Estadual Reynaldo Massi, em razão do não fornecimento de livros didáticos.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000321-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vivaldo Mendes Galvão

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 30,43 hectares de vegetação nativa, no interior do imóvel rural “Fazenda Paiol”, ora pertencente a Vivaldo Mendes Galvão, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000078-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do depósito de lixo em local inadequado nas proximidades do Loteamento Maresias, configurando a prática prevista no artigo 54 da Lei nº 9.605/98.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000274-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto dano ambiental ocorrido na Fazenda Estrela localizada no Distrito de Cabeceira do Apa, consistente na contaminação do solo por manejo irregular de embalagens de agrotóxico, bem como verificar a observância da legislação ambiental com relação à instituição e conservação de área de reserva legal e das áreas de preservação permanente, após autuação realizada pela Polícia Militar Ambiental.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003066-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laurídio Henrique de Souza

Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Rincão do LS, localizado no Município de Aral Moreira/MS- Projeto Rio Amambai IC 37/2012

9. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000085-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual superfaturamento na construção de unidades habitacionais no Município de Ivinhema/MS.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000063-7**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar objeto narrado na manifestação de nº 11.2017.00004218-8 recebida pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000156-8 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000290-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Mundo Novo e Associação Comercial e Industrial de Mundo Novo

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no repasse de valores e outros favorecimentos pelo Município de Mundo Novo à Associação Comercial e Industrial local.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001172-3 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003491-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wiliam Douglas de Souza Brito

Assunto: Apurar os fatos noticiados pelo atual Prefeito de Rio Verde de Mato Grosso/MS, Mário Alberto Kruger, o qual,

por intermédio do ofício nº 844/GAB/2015, informou que o ex-prefeito não empenhou e nem pagou despesas efetuadas com publicações de interesse da Prefeitura Municipal no Diário Oficial da União.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001490-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventual irregularidade na disponibilização de 03 (três) ônibus do Município de Nioaque para levar torcedores para a final da Copa Morena em Campo Grande/MS, em 08 de agosto de 2015.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000194-3

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual inconformidade constatada no Relatório de Auditoria de Apuração de Denúncia - SISAUD - MS - versão final n. 215.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000681-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Donato Lopes da Silva

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os Princípios da Administração Pública em razão de dispensa, em tese, ilegal de licitação na contratação realizada pelo Município de Rio Brilhante/MS com a empresa Schwade & Cia para compra de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel s-500 e s-10).

5. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00002849-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Procuradora do Município: Regiane Garcia de Souza

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002643-8

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clínica Odontológica Leblanc Spécialites

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002724-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade em obra de recuperação de estrada estadual.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000244-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar representação anônima, encaminhada para esta Promotoria de Justiça, noticiando possíveis irregularidades ambientais no Balneário Municipal.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001530-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a compra do veículo Chevrolet/S10 LTZ High Country 2.8L Diesel AT 4x4 Cabine Dupla, o mais completo da categoria, desbordando do estipulado no Termo de Referência, com reserva orçamentária e a autorização da despesa para a aquisição após a publicação do edital.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003226-2

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual, Michelle Marília de Jesus

Requerido: Viação Motta Ltda.

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Res. n. 4282/2014, da ANTT, consistente na recusa por parte da representada de vender bilhetes de passagens nos pontos de seção das linhas que transpassam o Município de Anaurilândia.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000182-1 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000117-6 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000914-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000346-7

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a regularidade do convênio 521-A e aditivos, celebrado entre o Município de Campo Grande e ABCG.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001273-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00000203-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual desvio de verbas públicas federais destinada ao fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede de educação municipal, originado das diligências investigativas promovidas no Inquérito Civil n. 002/2017/PJPPS.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003370-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Gerente Municipal de Saúde

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de risco de lesão aos interesses difusos, titularizados por cidadãos indeterminados, decorrente da iminência de interrupção dos serviços de pediatria do Hospital Municipal de Naviraí/MS.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00001818-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o acúmulo de lixo/entulho no Ferro Velho, localizado na rua Otacílio Severo dos Santos, Coxim/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00003291-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marco Antônio Bindilatti

Assunto: Apurar a regularidade e buscar a adoção de providências pelos proprietários do imóvel rural “Fazenda Mercedes”, no Município de Corumbá/MS, ora pertencente a Marco Antônio Bindilatti (CPF nº 005.204.768-75), em razão do desmate de 384,07 hectares, sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00002591-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

16. Inquérito Civil nº 06.2019.00000218-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Lenir Inácio Carneiro Pereira

Promotor de Justiça: Alexandre Estuqui Júnior

Assunto: Apurar o desmatamento irregular de 13,62 hectares de vegetação nativa em área de mata atlântica na Fazenda Santa Maria, sem autorização dos órgãos ambientais.

17. Inquérito Civil nº 06.2015.00000070-3

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli

Requerido: Município de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de que as ambulâncias do Município de Aquidauana são insuficientes para atender a população, além de não apresentarem segurança e equipamentos necessários.

18. Inquérito Civil nº 06.2016.00000166-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Aparecida do Taboado

19. Inquérito Civil nº 06.2018.00002349-6

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar declarações, efetuadas por meio do Disque Direitos Humanos, que aduzem eventual prática de crime contra o Estado de Filiação.

20. Inquérito Civil nº 06.2016.00000495-8 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

21. Inquérito Civil nº 06.2016.00000053-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Flores Bittencourt

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do irregular parcelamento do solo na Fazenda Porto Liberal, nas proximidades do rio Ivinhema, nesta Cidade.

22. Inquérito Civil nº 06.2018.00000605-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os danos ambientais causados ao Rio da Prata, decorrente do aterro colocado no Balneário Municipal de Jardim/MS.

23. Inquérito Civil nº 06.2017.00001018-6

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Sindicato dos Funcionários Públicos de Coxim/MS

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar se há insuficiência da disponibilização do serviço de motoristas de ambulância para a rede de saúde municipal.

24. Inquérito Civil nº 06.2017.00000506-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Jorge Flores Soares Chácara São João

Assunto: Apurar suposta exploração/supressão de vegetação em área de reserva legal, no imóvel denominado Chácara São João.

25. Inquérito Civil nº 06.2018.00000511-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

26. Inquérito Civil nº 06.2018.00000894-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriano Rodrigues dos Santos

Assunto: Apurar o depósito irregular de madeiras conhecidas como “aroeira”, bem como o desmate de 2,5ha de vegetação nativa, sem a devida licença ambiental.

27. Inquérito Civil nº 06.2018.00001771-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Serviço Social Autônomo de Água e Esgoto de Bela Vista - SAAE

Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especialmente a falta de Portal Transparência da Autarquia Municipal Serviço Social Autônomo de Água e Esgoto de Bela Vista SASE manifestação n. 11.2016.00001642-0 Originalmente apurados nos autos do IC 22/2016.

28. Inquérito Civil nº 06.2016.00000024-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rosana Alexandre da Silva e Vivaldo Leodeiro dos Santos

Assunto: Apurar eventuais irregularidades perpetradas, em tese, pela Coordenadora do CCZ Rosana Alexandre da Silva e o Supervisor de Campo Vivaldo Leodeiro dos Santos, no âmbito do Centro de Controle de Zoonoses no Município de Dourados.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000120-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vanessa Chiappina Bonin

Assunto: Apurar eventual irregularidade na supressão de 11,03m³ de madeira nativa, bem como a exploração de atividade potencialmente poluidora, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, consistente em serraria fixa, dotada de motor elétrico, na Fazenda Tapera

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000669-7

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alvorindo Ravagnani Junior

Assunto: Apurar o desmatamento de 29,63 hectares de vegetação nativa da Fazenda Alvorada (CARMS n. 51.566), localizada nesta capital, sem a devida autorização ambiental para supressão vegetal, conforme informações contidas no Parecer n. 317/17/Nugeo.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000916-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leonir Fronza

Assunto: Apurar a valoração de dano ambiental causado pelo descumprimento da legislação de agrotóxicos em razão da aplicação de produto domissanitário em lavoura de cultivo de soja/milho em Sidrolândia/MS, conforme auto de infração nº 098750 IAGRO.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/PGJ/2017 - CONTRATO ENERGISA/CGCP/CCER/294-05.2017.

Processo nº PGJ/10/0158/2017

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., representada por **Ercilio Diniz Flores e Dian Cleiton de Brito**.

Amparo Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, para a compra de energia regulada – UC nº 31665292.

Valor contratual mensal estimado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Vigência: 1º.06.2019 a 1º.06.2020.

Data de assinatura: 24 de maio de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66/PGJ/2017 - CONTRATO Nº ENERGISA/CGCP/CUSD/313-05.2017.

Processo PGJ/10/0158/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., representada por **Ercilio Diniz Flores e Dian Cleiton de Brito**.

Amparo Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, para o uso do sistema de distribuição, sem ônus para o erário público.

Vigência: 1º.06.2019 a 1º.06.2020.

Data de assinatura: 24 de maio de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PGJ/2018-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.875, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINA 41 A 43), E NO DOMP-MS Nº 1.924 DE 11 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 18 A 19) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/3782/2018.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 – REZENDE E DINIZ NETO LTDA – ME, representada por **Osmar Herculano Diniz Neto**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 48/PGJ/2018-SRP.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de papel sintético (capas de processo), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Papel sintético (capa para processo), cor amarela na parte externa (amarelo	Pacote	15	1.990,00

	escala lamifix 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME			
2	Papel sintético (capa para processo) , cor azul na parte externa (azul 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	10	1.990,00
3	Papel sintético (capa para processo) , cor azul claro na parte externa (azul pavão 40%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	2.470,00
4	Papel sintético (capa para processo) , cor branca na parte interna e externa, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	2.470,00
5	Papel sintético (capa para processo) , cor laranja claro na parte externa (laranja da pérsia 20%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	2.470,00
6	Papel sintético (capa para processo) , cor laranja médio na parte externa (laranja médio permanente 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	25	1.740,00
7	Papel sintético (capa para processo) , cor marrom na parte externa (marrom madeira 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	20	1.740,00
8	Papel sintético (capa para processo) , cor ouro na parte externa (ouro rico 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,5cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	10	1.990,00
9	Papel sintético (capa para processo) , cor palha na parte externa (amarelo gema 40%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável,	Pacote	5	2.470,00

	medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME			
10	Papel sintético (capa para processo) , cor prata na parte externa (prata elite 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	2.470,00
11	Papel sintético (capa para processo) , cor rosa na parte externa (magenta rosado 40%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	15	1.990,00
12	Papel sintético (capa para processo) , cor verde na parte externa (verde petróleo 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	2.470,00
13	Papel sintético (capa para processo) , cor verde água na parte externa (verde azulado 20%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	15	1.990,00
14	Papel sintético (capa para processo) , cor vermelho na parte externa (vermelho coral 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	10	1.990,00
15	Papel sintético (capa para processo) , cor preta na parte externa (preta 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 230 g/m ² e 280 g/m ² , vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,5cm do vinco. Pacote com 500 folhas. Marca: Vito Paper. Empresa Vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA - ME	Pacote	5	1.740,00

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 4 de dezembro de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/PGJ/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/PGJ/2018 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.875, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINA 36 A 41), E NO DOMP-MS Nº 1.924, DE 11 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINA 14 A 18) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/3524/2018.

Partes:

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2.1 – LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, representada por **Luís Moreira de Lima**;

2.2 - TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP, representada por **Claudete Zorzo**;

2.3 - HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI – ME, representada por **Felipe Miguel Padilha de Carvalho**;

2.4 - DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, representada por **Valeria Zan Molinaro**;

2.5 - MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA – ME, representada por **Marcia Cristina Maciel da Silva**;

2.6. - RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA – ME, representada por **Renato Aparecido da Silva**;

2.7 - COMERCIAL T&C LTDA – EPP, representada por **Frederico Jorge Cortez Calux**;

2.8 - HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME, representada por **Luciano Rufino da Silva**;

2.9 - COMERCIAL K&D LTDA – EPP, representada por **Gilson de Oliveira Domingos**;

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 48/PGJ/2018.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Refrigerador, frost free, duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de no mínimo 400 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp, Consul. Marca/Modelo: Consul CRM45BB Empresa Vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.	Unidade	50	2.177,00
2	Máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V, potência mínima 1250W, pressão 15 Bar ou superior, reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade mínima de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Saeco Lirika Plus Empresa Vencedora: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME.	Unidade	5	3099,95
3	Fogão a gás doméstico, 4 queimadores: 1 grande + 3 médios; mesa em aço inox; acendimento automático, vidro duplo na porta do forno, proteção térmica traseira, isolamento no corpo do forno, parada de segurança na porta do tampão de vidro, alça do forno confeccionada em material termoplástico ou metálica, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp, Consul. Marca/Modelo: Consul CFO4NAB Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.	Unidade	30	757,00
4	Fogão elétrico cooktop, mesa vitrocerâmica, com 04 áreas de cocção (sendo dois queimadores elétricos de 1800 W no mínimo e os outros dois queimadores	Unidade	3	1.700,00

	elétricos de 1200 W no mínimo), três níveis de potência, luzes indicadoras de calor residual igual ou acima de 50° C e luz piloto que indica que o queimador está em uso, acendimento automático, tensão: 220V, cor preto. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Electrolux GC70V Empresa Vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME.			
5	Forno elétrico, de embutir, capacidade de 43L ou superior: Tensão: 220 V; Potência: 2.400 W ou superior, Controle: eletromecânico ou digital Cor/acabamento: branco ou aço inox. Medidas máximas: 0,67cm de largura, 0,46cm de altura e 0,60cm de profundidade. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Fischer, Brastemp, Electrolux. Marca/Modelo: Fischer Empresa Vencedora: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.	Unidade	8	1.370,00
6	Forno micro-ondas, capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Consul e Midea. Marca/Modelo: Midea LIVA Empresa Vencedora: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.	Unidade	50	415,00
7	Suporte Metálico para forno micro-ondas, para fixação em parede, ajustável, cor branca. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Multivisão F-DECOR Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.	Unidade	10	22,60
8	Bebedouro Elétrico, tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: Uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletronicado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulação de temperatura externa, serpentina localizada na parte externa do reservatório, capacidade de resfriamento mínima 2,8 L/h, dimensões mínimas 950cm x 26cm x 35cm (AxLxP), cor branca ou prata, tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libell, IBBL, Masterfrio e Hiza. Marca/Modelo: Libell Master CGA Empresa Vencedora: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.	Unidade	40	400,00
9	Purificador de Água para fixação em parede, com as seguintes especificações técnicas: Opção de fornecimento de água gelada e natural; filtro de carvão ativado com durabilidade mínima de 6 meses, potência mínima: 100 watts, suporte para copo; reservatório de refrigeração: 2 litros de água no mínimo; termostato com regulação de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; kit de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libel, IBBL e Masterfrio. Marca/Modelo: Libell Acquaflex Hermético Empresa Vencedora: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.	Unidade	15	400,00

10	<p>Purificador de Água, tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: Opção de fornecimento de água natural e gelada; capacidade de desmontagem para limpeza e manutenção, filtro de carvão ativado ou refil bacteriostático com durabilidade mínima de 6 meses; potência mínima: 90 watts; reservatório de refrigeração: 2 litros de água no mínimo; altura entre 950mm e 1050 mm; termostato com regulagem de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada); cor branca ou prata; tensão de alimentação: 127 volts. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Begel, Purestil Master e IBBL.</p> <p>Marca/Modelo: IBBL PFN 2000</p> <p>Empresa Vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.</p>	Unidade	10	889,00
11	<p>Aparelho Telefônico, teclado decádico e multifrequencial, cinco funções: teclas MUTE, MODE, FLASH, PAUSE e LND, dois níveis de campainha, compatível com centrais de PABX, com tempo de flash programado de fábrica 300ms, na cor pérola ou branco. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marcas de referência: Intelbrás, HDL Legrand, Siemens.</p> <p>Marca/Modelo: Intelbras TC5000</p> <p>Empresa Vencedora: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.</p>	Unidade	150	46,50
12	<p>Aparelho Telefônico sem fio, com as seguintes características mínimas: Frequência de alcance: 1.9 GHz ou superior; tecnologia DECT; discagem rápida para 10 números ou superior; LED no fone para sinalização; 5 opções de volume no mínimo; tom de tecla; flash programável; tecla mudo; aviso sonoro e visual de “fora de alcance” e sonoro de “bateria baixa”; bateria de 96h em modo repouso e 9h em uso contínuo ou superior; localizador de fone. Identificador de chamadas; modos de discagem: pulso e tom. Funções: flash, mute, rediscar. Bivolt. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Intelbras TS40</p> <p>Empresa Vencedora: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.</p>	Unidade	30	105,00
13	<p>Câmera Digital, com resolução de no mínimo 24 Megapixels, sensibilidade ISO de 100 a 12.800, expansível a 25.600, resolução de vídeo 1080p (Full HD) ou superior, visor medindo 3” (polegadas) no mínimo na diagonal, mídia de armazenamento SD, SDHC, SDXC, com GPS integrado. Acessórios: bateria recarregável, carregador de bateria, protetor de lente, cabo de alimentação USB, cabo de áudio e vídeo, alça para pescoço, manual em português, cartão de memória de no mínimo 4GB, bolsa para transporte e CD de instalação. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Canon/Nikon</p> <p>Empresa Vencedora: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.</p>	Unidade	3	3.995,00
14	<p>Câmera Panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados, viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação omnidirecional; captação de raio de 8 pés ou superior; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; nível de saída: 80dB, 1 ft (0,30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto.</p> <p>A câmera deverá ser compatível com Windows 7 e 8 e com Mac OSX10.6 ou superior. Manual de instrução em português. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Logitech BCC950</p> <p>Empresa Vencedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	5	1.997,00

15	<p>Ventilador oscilante, de parede, tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid.</p> <p>Marca/Modelo: Ventisol Parede Premium PR</p> <p>Empresa Vencedora: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.</p>	Unidade	10	153,00
16	<p>Ventilador de Coluna, tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade 60 a 70cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 3 posições no mínimo, carcaça motor em aço ou plástico, tensão 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid.</p> <p>Marca/Modelo: Ventisol VOP60</p> <p>Empresa Vencedora: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.</p>	Unidade	10	190,00
17	<p>TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 50 polegadas; tecnologia LED; formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV digital integrado; contraste de no mínimo 1.000.000:1 ou superior; função closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); Suporte/base para mesa; sinais de vídeo de TV analógica e TV digital. Deverá possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da antena/cabo; alto falante; sistema de cor PAL, NTSC ou superior; possibilidade de ajuste no formato de tela; alimentação bivolt. Idioma dos menus em português. Deve acompanhar controle remoto, cabo de alimentação e demais acessórios para seu perfeito funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Philco PTV50E60SN</p> <p>Empresa Vencedora: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.</p>	Unidade	5	2.585,00
18	<p>TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 42 polegadas; tecnologia LED; formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV digital integrado; contraste de no mínimo 1.000.000:1 ou superior; função closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); suporte/base para mesa; sinais de vídeo de TV analógica e TV digital. Deverá possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da antena/cabo; alto falante; sistema de cor PAL, NTSC ou superior; Possibilidade de ajuste no formato de tela; alimentação bivolt. Idioma dos menus em português. Deve acompanhar controle remoto, cabo de alimentação e demais acessórios para seu perfeito funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: AOC LE43S5970</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.</p>	Unidade	3	1.760,00
19	<p>Suporte articulado para TV 32” (polegadas) a 47” (polegadas) LCD/LED/Plasma/3D, para instalação em parede e painel de madeira, permite articulação de até 90° e inclinação até 12°; tipo de material: aço carbono; cor preto, distância mínima 38mm / distância máxima 615mm. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Multivisão STPA355</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.</p>	Unidade	10	69,00

20	<p>Projektor Multimídia, resolução nativa mínima de 1024 x 768 (XGA) ou superior; Lâmpada com vida útil de no mínimo 4.500 horas em modo normal e no mínimo 6.000 horas em modo econômico; Compatível no mínimo com os padrões VGA, SVGA, XGA e HDTV (480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p). Deve possuir projeção em formato de tela 4:3; Lâmpada de projeção de no mínimo 3000 ANSI lumens; Tecnologia de formação de imagem 3LCD, DLP ou superior; Faixa de distâncias para projeção entre 1 e 10 metros; tamanho mínimo da imagem ou projeção de 30 polegadas a 250 polegadas. Deverá possuir entrada de Vídeo (RCA), VGA de 15 pinos e áudio; Alto-falante embutido de no mínimo 2W; Relação de contraste de no mínimo 10000:1; conexão HDMI; conexão USB; controle remoto sem fio; compatível com sinal de PAL, PAL-N, PALM, NTSC, NTSC4.43 e SECAM; Conexão à rede elétrica de 100 a 220V com ajuste automático. Deve possuir nível de ruído máximo de 34 (trinta e quatro) decibéis em modo econômico; Maleta de transporte inclusa. Garantia de no mínimo de 12 (doze) meses e no mínimo 3 (três) meses para a lâmpada.</p> <p>Marca/Modelo: Epson S41</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.</p>	Unidade	5	2.020,00
21	<p>Suporte de Teto Metálico para Protetor, com ajuste de inclinação, de pelo menos, 45 graus. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do projetor. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Multivisão Mult PROK-P</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.</p>	Unidade	15	91,00
22	<p>Liquidificador Doméstico, conforme as seguintes características técnicas: copo graduado em acrílico, com capacidade total de 2,0 litros ou superior, três velocidades, tecla pulsar, potência mínima de 600W, 110V ou bivolt. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: Britania Diamante</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.</p>	Unidade	5	118,00
23	<p>Umidificador ultrassônico de ar, reservatório de água de no mínimo 2 litros, potência de no mínimo de 22W, 110V, portátil. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: G-Life; G-Tech, Mondial, Cadence, Britânia.</p> <p>Marca/Modelo: Britania Air Clen</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.</p>	Unidade	50	128,00
24	<p>Gravador de voz digital, portátil, memória interna de no mínimo 4GB. Painele LCD. Formato de gravação e reprodução: MP3. Alto falante integrado. Alimentação por meio de bateria recarregável ou alcalina. Entrada: microfone (conexão 3,5mm) e fone de ouvido. Conexão USB, compatível com sistema Microsoft Windows. Garantia de no mínimo 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Marca/Modelo: GOBY/CVR20</p> <p>Empresa Vencedora: COMERCIAL T&C LTDA – EPP.</p>	Unidade	5	373,00
25	<p>Headset USB Biauricular; microfone com cancelador de ruídos; protetores auriculares; tiara ajustável; teclas de volume e mudo; cabo de no mínimo 1,5 metros; interface USB. Para utilização em computadores. Garantia de no mínimo 12 meses.</p> <p>Marca/Modelo: Elgin</p> <p>Empresa Vencedora: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.</p>	Unidade	50	150,00
26	<p>Quadro não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte</p>	Unidade	10	101,00

	superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (AxL). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Cortiarte Empresa Vencedora: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.			
27	Suporte articulado metálico para TVs 40" a 50" LCD, Plasma e LED, para instalação em teto, com giro de 360°, passagem interna de cabeamento com trava; cor alumínio ou preta, altura regulável de 1.350 a 2.220mm da fixação até o centro da TV. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Giro-Visão Empresa Vencedora: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.	Unidade	10	89,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 3 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N.º 0001/2019/GACEP II

O Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000836-6

Requerente: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP

Requeridos: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 29 de maio de 2019.

LUCIANA MOREIRA SCHENK

Promotora de Justiça

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS

Promotora de Justiça

EDITAL N.º 0014/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil n.º 06.2019.00000898-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa de Transporte Andorinha S.A. – com sede na Rua Dona Dorinha de Figueiredo, nº 190, Vila Progresso – CEP 79050-410, Campo Grande - MS

Assunto: Apurar eventual inobservância por parte da Viação Andorinha ao direito de passagens gratuitas e com descontos oferecidas aos idosos.

Campo Grande/MS, 10 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2019/25PJ/CGR

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000899-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Viação Motta Ltda – com sede na Rua Professor Severino Ramos de Queiroz, nº 273, Vila Glória - CEP 79004-250, Campo Grande - MS

Assunto: Apurar eventual inobservância por parte da Viação Motta ao direito de passagens gratuitas e com descontos oferecidas aos idosos.

Campo Grande/MS, 10 de junho de 2019.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

DOURADOS

RECOMENDAÇÃO N. 0004/2019/16PJ/DOS**Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000347-1**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do servidor público/agente político desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo funcionário/agente político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que nos termos do que dispõe a súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, “*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*”;

CONSIDERANDO que quanto aos efeitos da invalidação/anulação do ato administrativo, o Supremo Tribunal Federal já sumulou que dos atos ilegais não se originam direitos, conforme o enunciado sumular n. 473, adotando os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello, segundo o qual a invalidação “*fulmina o que já ocorreu, no sentido*”

de que se negam hoje os efeitos de ontem”, operando, portanto, efeitos *ex tunc* (in STJ - RMS: 57305 RJ 2018/0097867-6, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Publicação: DJ 03/09/2018).

CONSIDERANDO que Hely Lopes Meirelles nos ensina que o interesse público que decorre do princípio da estabilidade das relações jurídicas encontra idêntica relevância ao princípio da legalidade, consubstanciado na necessidade de restabelecimento da legalidade do ato administrativo viciado (Direito administrativo brasileiro, São Paulo, Malheiros, 1993, p.171);

CONSIDERANDO o teor do Procedimento administrativo 09.2019.0000347-1, instaurado para acompanhar a tramitação dos autos n. 0810971-68.2018.8.12.0002 e atos dele decorrentes, notadamente o andamento das denúncias formuladas junto a Câmara Municipal de Dourados, visando o julgamento político dos vereadores envolvidos;

CONSIDERANDO que durante o acompanhamento dos trabalhos constatou-se a existência de vícios na tramitação dos processos, notadamente no momento de submissão das conclusões à votação;

CONSIDERANDO a esse respeito que a Câmara Municipal de Dourados inovou ao conferir entendimento diverso do prescrito em lei ao processo de votação, incorrendo em nulidade insanável;

CONSIDERANDO que tal se deu em razão de o Presidente ter impossibilitado os suplentes de votarem, não tendo sequer feito constar nas atas as razões dos impedimentos, ferindo o princípio da publicidade;

CONSIDERANDO que o processo de cassação de Vereadores por infrações político-administrativas deve observar rigorosamente o rito previsto no art. 5º do DL 201/67, sob pena de violação ao devido processo legal;

CONSIDERANDO que tal, na parte final de seu art. 5º, I, prevê que *"será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante"*;

CONSIDERANDO, por outro lado, que aquele Decreto-Lei somente reconhece como impedido o denunciante quando membro da Casa de Leis, o que no caso concreto não seria aplicável;

CONSIDERANDO, portanto, a interpretação equivocada de que haveria impedimento dos suplentes, e de que o número de suplentes supostamente impedidos computar-se-ia como voto negativo à cassação;

CONSIDERANDO, também, que os suplentes outrora impedidos de votar não foram convocados em razão da abertura dos processos de cassação, mas sim por força da decisão judicial que determinou o afastamento dos titulares, antes mesmo do recebimento das denúncias;

CONSIDERANDO, nesse eito, que conforme decidiu recentemente o e. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul a tese *"de que são impedidos de votar aqueles que possuem interesse direto na cassação afigura-se teratológica, pois além de inexistir referida proibição no ordenamento jurídico, abre chancela para que, em determinados casos, nunca se chegue ao quorum exigido para o processo de cassação, tal como no caso em que, por exemplo, um terço dos parlamentares sejam alvo do processo de cassação. Decididamente a imparcialidade não constitui requisito para a participação do parlamentar no julgamento do processo de cassação"* (TJMS – APL 0800598-72.2018.8.12.0003 ms, Relator Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, Data de Julgamento: 21/05/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicado em 27/05/2019);

CONSIDERANDO, ainda, que no bojo daquela decisão restou consignado que *"como se sabe, em matéria de nulidades predomina os princípios da finalidade e do prejuízo. Significa dizer que não há nulidade processual sem prejuízo (pas de nullité sans grief). Há prejuízo sempre que o defeito impedir que o ato atinja sua finalidade"*;

CONSIDERANDO que de acordo com tal entendimento, somado aos princípios da eficiência, celeridade, economia processual e segurança jurídica, não se justifica a anulação das sessões de recebimento das denúncias, uma vez que numericamente o voto dos até então impedidos em cada caso, não seria suficiente para a modificação da decisão;

CONSIDERANDO, a esse respeito, que o princípio da segurança jurídica impede a perpetuação de controvérsias e privilegia a sedimentação das relações jurídicas;

CONSIDERANDO que ao revés disso, no que tange às sessões especial de julgamento, os votos dos suplentes impedidos poderá acarretar na modificação das decisões finais;

CONSIDERANDO, que a anulação das sessões com imediata redesignação se presta também a resguardar os interesses dos investigados politicamente, na medida em que notória a instabilidade política e pessoal que o processo de cassação provoca;

CONSIDERANDO, por outro lado, que nos termos do que dispõe o art. 7º, do Decreto Lei 201, "*VI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia[...]*";

CONSIDERANDO que tal procedimento não foi adotado quando das votações em nenhum dos casos objeto de análise, uma vez que avaliadas as denúncias verifica-se que em nenhuma delas houve a imputação de apenas uma infração, ao passo em que todos os processos foram decididos em votação única;

CONSIDERANDO, a esse respeito, que através da denúncia PG. Nº 146, foi imputado ao Vereador Idenor Machado a prática de 2 (duas) infrações previstas do Decreto-Lei, quais sejam: I) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa (art. 7º, I); e, II) Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública; (art. 7º, III), sem prejuízo daquelas previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Dourados;

CONSIDERANDO que através da denúncia PG. Nº 147, foi imputado ao Vereador Pedro Alves de Lima a prática de 2 (duas) infrações previstas no Decreto-Lei 201, quais sejam: I) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa (art. 7º, I); e, II) Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública; (art. 7º, III), sem prejuízo daquelas previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Dourados;

CONSIDERANDO que através da denúncia PG. Nº 148, foi imputado ao Vereador Cirilo Ramão Ruis Cardoso a prática de 2 (duas) infrações previstas do Decreto-Lei, quais sejam: I) utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa (art. 7º, I); e, II) proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública; (art. 7º, III), sem prejuízo daquelas previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Dourados;

CONSIDERANDO, a esse respeito, que através da denúncia PG. Nº 150, foi imputado a Vereadora Denize Portolann de Moura Martins a prática de 2 (duas) infrações previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Dourados, quais sejam: I) a percepção de vantagens indevidas (art. 208º, II); e, II) a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao Presidente da Câmara Municipal de Dourados, Alan Aquino Guedes Mendonça que, no prazo de até 10 (dez) dias acate a presente recomendação, nos seguintes termos:

a) Proceda a imediata anulação das sessões de julgamento dos Vereadores Idenor Machado, Cirilo Ramão Ruis Cardoso, Pedro Alves de Lima e Denize Portolann de Moura Martins, e atos preparatórios a elas (notificações), nos processos citados acima, designando-se nova data para as solenidades, em prazo não superior à 24 (vinte e quatro) horas, na seguinte sequência¹, Idenor Machado, Cirilo Ramão Ruis Cardoso, Pedro Alves de Lima e Denize Portolann de Moura Martins, garantindo-se a observância irrestrita aos trâmites previstos no Decreto-Lei 201/67, notadamente: a.1) seja possibilitado aos suplentes a participação ativa no julgamento, computando-se seus votos para a decisão final (art. 5º, I, parte final); a.2) observe-se para que sejam as votações realizadas individualmente, uma para cada imputação (art. 5º, VI).

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

¹ Considerando-se os prazos remanescentes para a conclusão dos trabalhos, nos termos do que dispõe o art. 5º, VII, DL 201/67.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Executivo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 07 de junho de 2019.

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0026/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003371-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Eduardo Arthur de Moraes, Edson Seki Júnior, Jakeline de Souza Gonçalves.

Assunto: Apurar supostas ilegalidades no Pregão Presencial nº 040/2018, para locação de veículos pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 07 de junho de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0027/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003336-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: SINDIJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural denominada Clube de Campo da Associação dos Servidores de Justiça/SINDIJUS de Ribas do Rio Pardo.

Ribas do Rio Pardo, 07 de junho de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR
Promotor de Justiça